

Cardoso se irrita e

O Governo continuará concentrando suas medidas de combate à inflação na área fiscal, buscando redução de despesas e elevação de receitas através do combate à sonegação de impostos. Dentro dessa diretriz, o Ministério da Fazenda deve editar medidas complementares ao Plano de Ação imediata, como a redução de alíquotas do Imposto de Importação (II) sobre produtos que estão tendo seus preços reajustados de maneira abusiva; o alongamento da dívida mobiliária; a implementação de um órgão interministerial que aplicará a legislação anti-truste; e a aceleração do programa de privatização.

Essas são algumas das "medidas pontuais" anunciadas na quarta-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Car-

doso, revelaram ontem alguns de seus assessores. Serão medidas concentradas em pontos específicos, de caráter tópicos, que não implicarão em mudanças abruptas das linhas básicas da política econômica e nem da adoção de um choque, explicaram os auxiliares.

Ontem pela manhã, ao chegar a seu gabinete, Cardoso demonstrou irritação ao comentar as notícias que davam conta de que o ministério estaria preparando medidas de combate à inflação. "Vocês que inventaram isso, que esclareçam", afirmou aos jornalistas, antes de entrar apressadamente no prédio. Os seus assessores revelaram que o ministro não esperava que alguns jornais dessem tanto destaque a informação sobre as medidas em estudo.

Preços — Cardoso imaginou, ao informar que o Governo estudava medidas pontuais, que algumas delas já eram de conhecimento público, porque haviam sido reveladas por ele e seus auxiliares. No início da semana, Cardoso anunciou que o Governo está estudando a possibilidade em diminuir as alíquotas do Imposto de Importação sobre alguns setores, como forma de evitar que continuem praticando preços abusivos.

Há duas semanas, seu assessor especial Edmar Bacha, revelou que o Governo estuda a criação de um órgão interministerial que aplicará, de fato, a legislação anti-truste. Esse órgão deve contar com a participação dos ministérios da Fazenda, da Indústria e Comércio e do da Justiça.

descarta novo plano

nia - *Henrique*

Brasília, sexta-feira, 6 de agosto de 1993